



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCA

1
2 Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na sala de
3 reuniões da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, teve início a 3ª Reunião Ordinária da Câmara de
4 Compensação Ambiental – CCA, conduzida pela Diretora de Unidades de Conservação e
5 Biodiversidade, representante suplente da Superintendência de Políticas Florestais, Conservação e
6 Biodiversidade - SFC da Secretária do Meio Ambiente – SEMA e suplente da Presidência da CCA,
7 Senhora Marianna de Santana Pinho. Estiveram presentes os seguintes membros: Plínio Augusto de
8 Castro Lima, representante titular da Superintendência de Políticas Florestais, Conservação e
9 Biodiversidade – SFC/SEMA; Jeanne Sofia Tavares Florence, representante suplente da
10 Superintendência de Políticas para a Sustentabilidade – SPS/SEMA; Renata Dunham Lemos Britto,
11 representante suplente da Coordenação Especial de Integração das Políticas Ambientais - CPA/ SEMA;
12 Erika Campos, representante titular do Instituto do Meio Ambiente – IMA; José George S. Silva,
13 representante titular do Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ; Sérgio de Almeida Bastos e
14 José Augusto Saraiva Peixoto, respectivamente, representante titular e suplente, do Conselho
15 Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM; e Leila Márcia Souza Oliveira, representante suplente do
16 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH. Como convidados estiveram presentes: Vanessa
17 Arduina Lima e Mateus Almeida, representantes da Assessoria Especial/ SEMA; Daniella Blinder, Carla
18 Mariane Souza da Cunha e Catarina Orrico Morais, representantes da Diretoria de Unidades de
19 Conservação e Biodiversidade - DUC/ SFC/ SEMA. Constaram da Pauta: Leitura e aprovação da Ata da
20 última reunião; Fechamento da discussão do Regimento Interno; Avaliação das experiências de outros
21 Estados e do Governo Federal em relação ao funcionamento de suas câmaras de compensação e da
22 compensação propriamente dita; O que ocorrer. A sessão foi aberta pela Diretora Marianna Pinho.
23 Passou-se à discussão da ata da última reunião que foi aprovada com modificações. Em seguida, foi
24 retomada a discussão do Regimento Interno quanto às competências da CCA. Foi perguntado se o
25 Regimento Interno foi apreciado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE e Sra. Vanessa respondeu
26 que falou com a Sra. Gertha que informou que não seria necessário já que a CCA era um Colegiado,
27 tendo esta responsabilidade. Sr. Sergio não concorda que deva ser atribuição do CCA definir estes
28 critérios, por entender ser um fator técnico que deveria ficar a cargo do IMA. Ele considera a
29 atribuição da CCA deveria se limitar a definição de onde o recurso será aplicado. Sr. Sérgio solicitou
30 que constasse em ata, também, que devem ser dirimidas as dúvidas quanto à responsabilidade da
31 CCA como instância recursal. A Sra. Daniella comentou que a responsabilidade da câmara é de
32 discutir a aplicação do recurso e a metodologia do cálculo do valor da compensação, concordando que
33 este colegiado não deveria ter caráter recursal. Foi colocado por Sérgio que o IMA deveria ser
34 responsável pelo cálculo dos valores e vistoria dos investimentos da empresa; em caso de
35 discordância do valor pelo empreendedor, este contestaria no CEPRAM. Estes dois órgãos darão
36 subsídios para a CCA. Sra. Marianna sugere que sejam pesquisados em Câmaras de Compensação de
37 outros Estados como está se procedendo esta elaboração de fórmulas e informou sobre a posterior
38 contratação de um consultor para elaborar a metodologia de aplicação do recurso, o Plano de
39 Aplicação e o Plano de Trabalho. Foi colocado por Sra. Leila e Sr. Sergio que o Regimento Interno
40 publicado estava em desacordo com o discutido nas reuniões anteriores e como proposta foi sugerido

41 e acatado pelos demais membros, sua revisão quando da modificação da composição dos seus
42 membros. Em seguida, foi discutida a justificativa da aplicação do valor da compensação da
43 Votorantim na revisão do Plano de Manejo da APA Joanes/Ipitanga, considerando que a compensação
44 ambiental deste empreendimento já foi definida em condicionante de licença. Sra. Leila questionou a
45 vinculação do valor da compensação ao valor do produto a ser contratado (Plano de Manejo) no
46 Termo de Compromisso e se este valor seria coerente com o custo deste serviço. Estabeleceu-se o dia
47 doze de julho de dois mil e dez como prazo para envio de sugestões em relação ao TR do Plano de
48 Manejo da APA Joanes Ipitanga, por e-mail, para terem suas dúvidas dirimidas e discutidas. Para
49 dirimir as dúvidas relativa ao valor do Plano de Manejo da APA Joanes Ipitanga sugeriu-se então que o
50 empreendedor, antes de assinar o referido Termo de Compromisso, encaminhe para a SEMA, três (3)
51 orçamentos referentes ao instrumento escolhido pela CCA, além de um Plano de Aplicação. Sra.
52 Renata Duhan sugeriu que fossem listadas as demandas das Unidades de Conservação para serem
53 levadas às reuniões da CCA e assim, discutir mais precisamente a destinação do recurso. Como na
54 última reunião, ressaltou-se que devem ser encaminhados por e-mail os materiais disponíveis sobre
55 compensação ambiental dos outros Estados, bem como a lista de empreendimentos apontadas pelo
56 IMA, com seus valores previstos para compensação ambiental. Decidiu-se que antes de qualquer
57 publicação referente à Câmara de Compensação, o material seja disponibilizado por email para uma
58 última revisão de seus membros. Foi informada a mudança do titular do Conselho Estadual de
59 Recursos Hídricos – CONERH, nesta Câmara (Sr. Eduardo Henrique Rode – Conselho Regional de
60 Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA) e que seria necessária a Ata que instituiu a nova
61 representação do CONERH na CCA para publicação na Portaria da SEMA. Por fim, ficou agendada uma
62 reunião extraordinária para o dia vinte de julho de dois mil e dez, às quatorze horas. Às onze horas e
63 trinta minutos a reunião foi encerrada. Eu, Catarina Orrico Moraes, lavro e assino esta ata juntamente
64 com os membros que participaram dessa reunião.

65 Membros:

66 Marianna de Santana Pinho - SFC/ SEMA (Suplente);
67 Plínio Augusto de Castro Lima – SFC/ SEMA (Titular);
68 Jeanne Sofia Tavares Florence - SPS/ SEMA (Suplente);
69 Renata Dunham Lemos Britto - CPA/ SEMA (Suplente);
70 Erika Campos – IMA (Titular);
71 José George S. Silva – INGÁ (Titular);
72 Sérgio de Almeida Bastos – CEPRAM (Titular);
73 José Augusto Saraiva Peixoto – CEPRAM (Suplente);
74 Leila Márcia Souza Oliveira – CONERH (Suplente).